
Migração, etnoterritorialidade e pertencimento numa cidade de pequeno porte do interior de Rondônia

Lilian Reichert Coelho

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1105>

DOI: 10.4000/pontourbe.1105

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2012

Refêrencia eletrónica

Lilian Reichert Coelho, « Migração, etnoterritorialidade e pertencimento numa cidade de pequeno porte do interior de Rondônia », *Ponto Urbe* [Online], 11 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1105> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1105

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 Maio 2019.

© NAU

Migração, etnoterritorialidade e pertencimento numa cidade de pequeno porte do interior de Rondônia

Lilian Reichert Coelho

Coordenadas de Partida

- 1 Migrações internas marcam a história do Brasil, com consequências observáveis na configuração étnico-cultural das diferentes Amazôniaas estudadas, neste texto, na perspectiva da construção das territorialidades e das estratégias de pertencimento na região do Cone Sul de Rondônia, especificamente na cidade de Vilhena, cuja população é predominantemente composta por paranaenses e gaúchos, migrados nas décadas de 1970 e 1980. A história da região atualmente conhecida como Cone Sul e de todo o estado de Rondônia tem laços estreitos com a história do Brasil, tanto em termos dos registros historiográficos oficiais quanto dos relatos que margeiam o discurso desenhado pelas elites nacionais. Dos pontos de vista histórico e territorial, refere Gomes (2011) que

A área territorial do município de Vilhena e toda a área correspondente ao atual Estado de Rondônia, menos uma pequena parte do município de Porto Velho, faziam parte da capitania hereditária de São Paulo. É interessante saber que até 1748, ano da criação da Capitania do Mato Grosso, as pessoas nascidas nessa região eram paulistas, já que a nova Capitania foi criada com terras pertencentes à Capitania de São Paulo. Com a criação da capitania do Mato Grosso em 1748 toda a região compreendida entre Vilhena e Santo Antônio das Cachoeiras, na localidade de Porto Velho, faziam parte da nova capitania.

- 2 Tanto é assim que a região do Cone Sul de Rondônia está muito mais ligada, também nas esferas etnoterritorial, cultural e simbólica ao Mato Grosso e à capital, Cuiabá, do que a Porto Velho, dada a proximidade da fronteira e a constituição recente dos municípios

rondonienses do Cone Sul, resultado das migrações ocorridas nas décadas finais do século XX, como se pretende desenvolver abaixo.

- 3 A fim de abordar os sentimentos do migrados para a cidade de Vilhena, cuja data oficial de emancipação é o ano de 1977, apresenta-se um estudo de campo exploratório, fruto de observação simples, mas de imersão da pesquisadora, que vive na localidade há dois anos. No entanto, vale destacar que tal modalidade, utilizada como técnica de pesquisa para tratamento preliminar do tema, não foi conduzida plenamente com inserção do/a pesquisador/a no grupo ou local sem intervenção na realidade, atuando como espectador (cf. GIL, 1999, p. 111), pois se considera impossível que o trabalho de investigação científica seja realizado por um/a pesquisador/a neutro, sem permeabilidade subjetiva. E, justamente essa perspectiva, assim se julga, dominada pela impureza e pela imersão, pode apontar aspectos que o/a observador/a-espectador/a não poderia desvelar, em virtude da opacidade do olhar lançado à realidade observada e a seus atores. Assim, expostos os procedimentos básicos empregados no estágio atual da pesquisa, expõe-se doravante o quadro referencial tomado como baliza teórica norteadora, orientada pela noção de território.

Definindo o Percurso: orientações teóricas

- 4 Parafrazeando livremente Heidegger, para quem o ser humano não está meramente localizado no espaço, mas “é-sendo” espacialmente – tanto do ponto de vista subjetivo quanto das redes sociais que se estabelecem como fruto da mobilidade espacial migratória, fenômeno sobre o qual se debruça neste trabalho –, ressalta-se a necessidade de problematização do conceito científico de território, noção definida, em geral, como portadora da fundamental característica de marcar relações de propriedade.
- 5 Hissa (2002, p. 36-37) explica que, tanto o espaço como o território são, em geral, no âmbito das pesquisas em Geografia, interpretados como “o *chão* ou o *terreno* das coisas e da vida”. Salienta também que tais termos devem ser diferenciados, já que encerram cargas semânticas distintas, sendo “o território (...) subsequente ao espaço e se estabelece a partir dele”. Seguindo-se o raciocínio exposto (cf. HISSA, 2002, p. 40), compreende-se que o território é parte essencial da existência de qualquer coletividade humana, pois “entendido como espaço produzido pela sociedade, o território é obra coletiva e, em si mesmo, manifestação de poderes. A construção do território, através de relações sociais, por si só, passa a significar o estabelecimento de fronteiras de natureza variada – entre pessoas e coisas.” Nesse sentido, observa-se a afinidade com a definição de Santos (2006, p. 140), ao explicar que

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e do exercício da vida.
- 6 Santos (2005) distingue território e espaço, conferindo a este último traço mais amplo, abarcando o próprio território, a paisagem e a sociedade. Sobre a articulação entre território e a configuração dos Estados-Nações, que funda a concepção mais usual, até senso comum de território, o geógrafo explica que tal emergência constituiu “um marco, um divisor de águas, entronizando a noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à

era da valorização dos recursos chamados naturais” (SANTOS, 2005, p. 137-138). Contudo, na observância da definição mais contemporânea e problematizada de território, o geógrafo salienta a “interdependência universal dos lugares”, típica da globalização, em detrimento “da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo” (SANTOS, 2005, p. 137) e das demarcações artificiais e violentas dos Estados-Nações. Em estreita harmonia com a noção de espaço, define o território como “formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (2005, p. 138), portanto, espaço vivido. Expõe também, para o entendimento do território na contemporaneidade, o que denomina horizontalidades e verticalidades, fundamentais para o desenvolvimento desta reflexão, pois a migração pode ser observada tanto no nível das relações horizontais, cotidianas (onde o poder se manifesta de modo naturalizado, por práticas e discursos que os sujeitos tendem a introjetar), quanto no nível das relações verticais, nas quais se enquadram as representações midiáticas e, principalmente, as ações das instâncias legitimadas e legitimadoras de poder.

- 7 Assim, para além do território no sentido tradicional, deve-se considerar a noção de território simbólico (cf. MAFFESOLI, 1996), fundamental para a compreensão da ideia de territorialidade. Por território simbólico Maffesoli (1996, p. 264) entende “o espaço que nos ocupa [como] um conjunto complexo constituído, ao mesmo tempo, pela materialidade das coisas (ruas, monumentos, tráfego) e pela imaterialidade das imagens de diversas ordens”. Disso se depreende que a atividade humana é que territorializa o espaço, construindo o que se costuma denominar “territorialidade”, concebida por Almeida (2008, p. 319) como composta “(...) tanto [pel] as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território.”
- 8 No entanto, as relações estabelecidas com um lugar, de origem, de passagem ou de destino, dizem respeito não só a sentimentos subjetivos e/ou sociais de pertencimento, mas também derivam da “organização espacial [que] é permeada por diversas relações de poder. A distribuição das atividades, a localização das pessoas, as vias de circulação, etc. estão calcadas por relações não só econômicas, ou culturais, mas políticas, e a sua expressão mais nítida é a delimitação do território” (EVANGELISTA, 2006, p. 01). Assim, tomando-se como baliza as relações entre diferentes aspectos incidentes nas subjetividades alojadas/deslocadas em determinado *locus*, isto é, considerando-se que espaço e poder estão indissociavelmente ligados (cf. FOUCAULT, 2006) pretendeu-se, neste trabalho, erigir um olhar sobre as relações etnoterritoriais que os migrantes de Vilhena constroem, decorridas quase três décadas da constituição de Rondônia como Unidade Federativa autônoma e da emancipação de Vilhena como município.
- 9 Vale assinalar que, por etnoterritorialidade se entende, grosso modo, na perspectiva da Geografia Cultural, a partir dos estudos desenvolvidos por Paul Claval, “(...) a estreita relação de uma cosmologia com o lugar, como o ambiente é concebido e vivido pelos homens” (...), enfatizando-se a “(...) diversidade de organizações espaciais delimitadas pelos padrões culturais.” (ALMEIDA, 2008, 332). Antes disso, isto é, antes de enveredar pela exploração da etnoterritorialidade, apresenta-se de modo sintetizado um pouco da história dos migrados para Vilhena em relação à região onde a cidade se
- 10 localiza, tanto do ponto de vista macro (região Amazônica) quanto micro (Cone Sul de Rondônia).

Situando brevemente a migração em foco

- 11 É fácil notar que, ao se abordar a Amazônia, dificilmente se atina para o estado de Rondônia como parte integrante da região, pois se instaurou com força no imaginário sobre a área determinado estereótipo que impede, muitas vezes, a compreensão de que existem diversas Amazônias (PASQUIS, 2001; PORTO GONÇALVES, 2001; LIMA, 2004; SILVA, 2006), muito mais descontínuas, sob vários ângulos, do que contínuas. A despeito do imaginário tal como reproduzido pelo senso comum e reforçado pela mídia convencional, todas as “Amazônias” estão no horizonte de interesses de corporações, países e demais grupos, nacionais e internacionais, o que constitui a região e suas fronteiras como áreas geopolíticas estratégicas na contemporaneidade e, enquanto tal, devem ser compreendidas, em todas as nuances possíveis. Fato de inegável notabilidade é que
- (...) o processo de ocupação e territorialização na Amazônia pautou-se por um processo de ocupação extremamente excludente. Ao mesmo tempo em que foram territorializados migrantes de outras regiões, especialmente, Nordeste e Sul (Paraná), foram desterritorializadas comunidades extrativistas, caboclas e indígenas. Em uma perspectiva de exclusão é que se deu a ocupação amazônica. (SOUZA; GROSSI, 2010, p. 6).
- 12 Localizado na denominada Amazônia Sul Ocidental Brasileira, o estado de Rondônia foi criado em 22 de dezembro de 1981, mas instalado oficialmente a 04 de janeiro de 1982, devido à pressão exercida por meio de campanhas para a elevação do ex-Território Federal do Guaporé (composto pelo que hoje são os estados de Rondônia e Acre) à categoria de unidade(s) federativa(s) (cf. MELO, 2009, p. 25). Dentre outros fatores, contribuiu fortemente para isso, nas décadas de 1970 e 1980, o intenso fluxo migratório para o antigo território, responsável pela configuração da dinâmica etnoterritorial atual. Devido à localização estratégica da Amazônia e das fronteiras transnacionais nessa porção do território, o governo federal, supostamente temendo invasões estrangeiras, realizou uma série de campanhas para povoar a região, doando terras a agricultores sob o propalado *slogan* “Integrar para não Entregar”. Tanto é assim que, em 1970, a população do que seria posteriormente o estado de Rondônia era de 111 mil habitantes, tendo atingido o número de 1,13 milhão em 1991 (cf. PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p. 178).
- 13 A intensidade dos fluxos migratórios em resposta aos planos e ações do governo federal impulsionaram a construção de rodovias, dentre as quais a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco (cf. PEREIRA, 2007, p. 113). Diversas cidades de Rondônia nasceram e se desenvolveram a partir das obras da rodovia, como é o caso de Vilhena, situada na porção sudeste do estado de Rondônia, próxima à fronteira com o norte de Mato Grosso distante, aproximadamente, 700 quilômetros tanto de Porto Velho quanto de Cuiabá. A região, conhecida como Cone Sul de Rondônia, tem forte vocação agrícola e pecuária, marcada pela produção em escala, isto é, por extensas fazendas de soja e milho, principalmente, além da pecuária. Em consequência da posição estratégica, tais localidades são motivo de disputa internacional, o que revela a mirada interessada de forças que representam a reprodução das relações de poder vigentes como é, inegavelmente, o caso da expansão agrícola da soja no estado de Rondônia (cf. SILVA, 2006).

- 14 Do ponto de vista macrorregional, primeiramente, migrantes foram atraídos para a região amazônica, no final do século XIX, por três fatores: a) no caso dos nordestinos, com acento para os cearenses, ocorreu a desterritorialização natural, provocada por secas que assolaram a região nordeste, sobretudo no final da década de 1870; b) a crise econômica brasileira, fomentada pela queda na produção/exportação cafeeira; c) a necessidade de mão-de-obra para a exploração gomífera, destinada a alimentar a indústria automotiva (cf. SILVA et al., 2010, p. 63). No que diz respeito ao estado de Rondônia, isso se refere à região da capital, Porto Velho. Já no caso da região do Cone Sul do estado, as ondas migratórias ocorreram de modo intenso no terço final do século XX, embora algumas localidades já tivessem sido mapeadas e nomeadas desde o início do século, com destaque para a expedição do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e para a visita do presidente Juscelino Kubitschek, em 1959. Vilhena mesmo só foi alçada a Comarca Municipal em 1977, quando o então Presidente da República, General Ernesto Geisel, sancionou a Lei nº 6.448, que criou o município, desmembrando-o de Porto Velho; no entanto, só em 1982 foi instalada oficialmente (cf. OLIVEIRA, 2002), com a criação do estado de Rondônia, antes parte do Território do Guaporé. No que concerne à migração, a produção de expectativas sobre o “novo eldorado amazônico” contrastava com a realidade, conforme narra Cruz (2010):

Um total de 375 ônibus lotados, 317 caminhões com mudanças e 177 automóveis que também traziam famílias resultava na média de oito veículos por dia. Em 1979 Rondônia sentiu na carne o peso da migração: precisou não apenas dos minguados recursos da Secretaria da Promoção Social, mas principalmente do Ministério da Saúde, para enfrentar o alastramento de endemias “importadas”. Em 1980 “o bicho pegou”: nenhum migrante ficava em Vilhena, então, com 30 mil habitantes. Todos pernoitavam ou, no máximo, ficavam até dois dias na cidade. Pagavam as contas nos hotéis e pensões, juntavam os pertences e adquiriam passagens de 170 a 250 cruzeiros para Cerejeiras, Cabixi e Colorado do Oeste. O catarinense Avelino Daros, com 52 anos na época, contava ter deixado a litorânea Araranguá para plantar soja em Verê, no sudoeste paranaense. Dali ele ouviu falar de Rondônia, viajou 2,5 mil quilômetros, e veio comprar dois lotes somando 80 alqueires, em Colorado. Sofreu um tanto. O acesso à cidade era impossível no período chuvoso.

- 15 Mesmo com o sucesso do empreendimento governamental de povoamento da região e dos discursos sobre a Amazônia como riqueza nacional, as estratégias de poder, no plano simbólico-discursivo hegemônico, desenvolveram-se no sentido de manter tais áreas “periféricas e marginalizadas” (SILVA, 2006), vítimas de “preconceito geográfico” (ALBUQUERQUE JR, 2007) até pelos que decidiram habitá-la, como se pretende demonstrar abaixo.

Migração, Território e Identidade

- 16 No caso da cidade sob foco, percebe-se que o mencionado preconceito ocorre – como se depreende das observações realizadas – não apenas de fora para dentro, mas internamente, pela própria população, constituída por migrantes oriundos, na maioria, dos estados sulistas, com predominância de paranaenses e gaúchos. A hipótese que dirigiu este estudo preliminar, de caráter exploratório, orientou-se pela percepção de que, embora não haja uma identidade territorial unívoca, os migrados sustentam sentimentos de desterritorialização, embora tenham reterritorializado (ou estejam em processo de) o espaço ocupado. Com isso, pretende-se afirmar que, após as diásporas dos anos 70 e 80 do século XX, que ocorreram, sobretudo, devido a incentivos e propaganda governamentais,

os migrados permanecem “desencaixados” (expressão tomada de empréstimo a GIDDENS, 2002) espacial e existencialmente, não se sentindo rondonienses, mas paranaenses ou gaúchos deslocados. É evidente que não se pode mensurar objetivamente o sentimento de não-pertencimento, mas ele é verificável nas microrrelações cotidianas, por meio de manifestações verbais e não-verbais como, por exemplo, a recorrência da expressão “quando eu voltar pra casa”, em que “casa” significa o lugar de origem, situado na região sul do Brasil.

- 17 Talvez devido ao traço recente da migração, das subjetividades em contato no processo desta pesquisa transborda a reprodução dos traços hegemonicamente associados ao ser sulista, caracterizado sempre como corajoso, trabalhador, destemido.
- 18 Isso detectado, a pergunta que emerge é: Nesse contexto de insistência na afirmação da identidade do lugar de origem, existiriam condições para a emergência da “rondonianidade”? Seria possível (re)inventar uma identidade territorial em menos de trinta anos que pudesse apagar as marcas da mobilidade e a “Síndrome de Ulisses” (cf. MARANDOLA Jr.; DAL GALLO, 2010, p. 410), tão explícita na localidade em tela? Questão difícil de responder, tanto pelo estágio inicial desta pesquisa quanto pela “transitividade migratória” da população, ainda intensamente marcada pela indefinição, pela memória do deslocamento recente, pela complexidade da migração como “fato socioespacial” (cf. GOETTERT, 2009, p. 54).
- 19 De qualquer modo, sem pretender aprofundar o tratamento da existência ou não de uma “rondonianidade” em processo de construção ou impossível de se construir, vale pontuar, ainda que breve e superficialmente, as diferenças que marcam a região norte e a região sul do estado de Rondônia em termos de migração e de constituição etnoterritorial. Conforme apontado, Rondônia é um estado marcado pela migração, não espontânea, mas fruto de estratégias do governo federal, tanto no passado mais remoto quanto no passado recente. E, por se tratar de uma cidade nova, de ocupação recente, observa-se que Vilhena é uma cidade sem passado, sem tradições constituídas na vivência de reterritorialização. No entanto, são sustentados como tradicionais os costumes paranaenses e gaúchos, isto é, dos lugares de origem, efetivamente ou de uma origem assumida, em geral, como “ser gaúcho”, mesmo por aqueles que não são oriundos do estado do Rio Grande do Sul. Exemplo emblemático a ser citado é Osvaldo de Matos, o “Compadre Osvaldinho”, locutor do programa Rodeio Crioulo, veiculado pela Rádio Planalto, que anda pela cidade com a indumentária típica (construída de acordo com o estereótipo associado ao gaúcho dos pampas), mas é catarinense de origem. O estereótipo construído e a identidade etnoterritorial são reproduzidos acriticamente pela mídia local, como se depreende do trecho do texto abaixo, extraído do *site* Folha do Sul:

O local do nascimento é um mero detalhe no currículo desde peão “Guasca” (ou seja, um idealista no vocabulário campeiro), já que Matos é um dos maiores entusiastas da preservação da cultura sulista. Ele foi o idealizador e um dos fundadores do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Sinuelo do Norte, inaugurado na cidade em 1977.

Gaiteiro e professor de danças folclóricas gauchescas, Osvaldinho foi o primeiro patrão (presidente) da entidade e voltou ao cargo, no final do ano passado, substituindo o empresário Severino Vaccari, eleito para a função no biênio 2010/2011. (FERREIRA, 2010)
- 20 Pelo exemplo, vislumbra-se que, em Vilhena, ser gaúcho é ter uma identidade territorial positiva, contraposta à mistura indígena-nordestina que marca a etnoidentidade dos habitantes de Porto Velho e das demais cidades do norte e do centro do estado. Assim, no

“jogo das negociações identitárias” (GOETTERT, 2009, p. 60), os vilhenenses e demais habitantes do Cone Sul reforçam sua distinção – atribuindo-se valoração positiva –, ao disputar com uma pretensa identidade rondoniense hegemônica (que seria não-sulista, pois miscigenada de indígenas com nordestinos), a da capital, com a qual estabelecem uma relação de alteridade, sendo esse outro constantemente diminuído nos discursos cotidianos. Com isso, ajuda-se a acentuar as desigualdades regionais e o preconceito etnogeográfico que marcam o discurso das elites nacionais desde os primórdios da “invenção” das regiões brasileiras, tal como tentam desmontar os estudos na área da História Cultural (cf. ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 32).

- 21 Outro fator a se destacar sobre a cidade em observação é, na esfera das microrrelações cotidianas, o contraditório embate entre os estabelecidos (migrados) e os forasteiros (migrantes), entre os *insiders* e os *outsiders* (cf. ELIAS; SCOTSON, 2000). Contraditório porque se configura de modo implícito, pois existe um discurso segundo o qual os forasteiros são bem-vindos para investir e gastar na cidade, mas são rechaçados veladamente se não se acomodarem ou, preferencialmente, se não assimilarem os padrões de vida e pensamento dos estabelecidos. Outra contradição está no grau de pertencimento observado no local, conforme a tipologia referente à identidade territorial apresentada por Bassand (1990): por defenderem o que consideram ser a identidade do lugar de origem (que também se transformou no tempo decorrido, mas cujas mudanças nem sempre são acompanhadas pelos migrados), muitos habitantes da cidade são “apáticos e resignados”, no sentido de “não se identificarem com os interesses locais e territoriais” (apud ALMEIDA, 2008, p. 320), envolvendo-se pouco com o lugar de destino (da migração), tomando como exclusiva referência positiva o lugar de origem, tensão que constitui um dos epicentros da transitividade migratória, tal como referenciado por Goettert (2009, p.59) pois, em muitos casos,

O indivíduo não pode ou não é capaz de ignorar toda sua história e formação, sendo indiferente às características de sua nova realidade para estabelecer prontamente relações com o local de destino. Não encontrando tal identificação de forma clara, o migrante tende a recriar seus lugares na expectativa de preservar sua forma de ser, bem como reafirmar sua identidade territorial (MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010, p. 411-412).

- 22 Vale notar que, no caso sob foco, não se trata de migrantes recentes, mas de migrados há certo tempo (30 anos ou menos), sujeitos que já têm descendência, filhos e, em alguns casos, até netos. Isso conduz à percepção de que está em causa uma desterritorialização ainda em processo, com pouco sucesso na reterritorialização, no sentido de que predominam os sentimentos de não-pertencimento, de saudosismo e até ressentimento pois, em muitos casos, a frustração das expectativas anteriores ao deslocamento efetivo evidencia-se com muito mais força do que qualquer afeto (sentimento topofílico) em relação a Vilhena e a Rondônia de modo geral. A reterritorialização, evidentemente, ocorreu e continua na dinâmica de sua ocorrência, mas com alta resistência, pois falta envolvimento com o lugar de destino, experienciado muito mais como topofóbico do que como topofílico (cf. TUAN, 1980).
- 23 Disso se depreende que os sentimentos, os envoltimentos positivos são vividos sempre no horizonte de um “lá” e, muitas vezes, de um “então” já distantes e irremediavelmente irrecuperáveis, mas entendidos pelos migrados como espaço-tempo utópico, contraposto à topia onde se vive no presente e de onde não se tem perspectiva de sair, sequer para regressar ao lugar de origem, tanto pelo orgulho de ter “vencido” quanto pelo orgulho de não ter vencido. A marca da contraditoriedade é evidente, pois tal sentimento é

frequentemente negado no embate entre estabelecidos e forasteiros – sobretudo, migrantes recentes –, pois transparece com nitidez, do discurso desenvolvido nas microrrelações cotidianas, certo orgulho ressentido, orientado pelo reforço da importância de reconhecimento dos que se estabeleceram anteriormente, a despeito das condições adversas. Isso é ainda mais explícito no discurso dos que querem parecer “vencedores”, pois tiveram coragem de habitar um território inóspito, sem condições mínimas e, mesmo enganados pela propaganda do governo, souberam resistir e (re)construir suas vidas com dignidade. Interessante porque, antes, a região do Cone Sul de Rondônia, lugar sem história, sem dono, sem nada, constituía-se como utopia, aqui entendida na ordem de espaço concretizável no futuro e não como ideal sem possibilidade de acontecer.

À guisa de conclusão: delineando possíveis rotas

- 24 O movimento migratório ocorrido nos anos 1970 e 1980 tendo Rondônia como destino foi provocado pela construção discursiva de um “novo eldorado amazônico”, amplamente divulgada, tanto pela propaganda do governo – no intuito de povoar a região – quanto pela grande mídia, como atestam reportagens de capa publicadas pela Revista *Veja*, sob sugestivos títulos, dentre os quais se pode citar: “A Amazônia à espera dos conquistadores”, chamada de capa da edição 11 de agosto de 1971, cuja reportagem foi intitulada “Amazônia no dia da Criação” (cf. COELHO; JULIÃO, 2008). Tais imagens, de um lugar desconhecido, edênico, virgem, frutífero para quem estivesse disposto a trabalhar, atraíram migrantes para a região amazônica durante todo o século XX, tendo sido a região do Cone Sul de Rondônia, onde se situa a cidade de Vilhena, um dos polos atratores mais recentes.
- 25 No entanto, o discurso sobre o desbravador audacioso e destemido foi desconstruído pelas experiências de nordestinos no final do século XIX e de migrantes de diversas regiões que sofreram nos garimpos, mas nada disso impediu que sulistas se deixassem seduzir pela propaganda de terra (gratuitamente cedida pelo Estado ou vendida) e pelas promessas de prosperidade no final do século XX.
- 26 Como resultado parcial do percurso empreendido neste texto, percebeu-se o esforço para se reforçar uma “autoidentidade” (cf. MARANDOLA Jr.; DAL GALLO, 2010, p. 407) não atribuída, mas construída pelo migrante no processo subjetivo de des-re-territorialização. Isso permite relacionar a observação realizada ante a realidade da cidade de Vilhena, ainda que assistematicamente, à noção teórica profícua de “transitividade migratória”, tal como proposta por Goettert (2009, p. 58-59), que a define como
(...) diferentemente de um estado, condição ou lugar marcados por uma passagem efêmera, a transitividade migratória pode tanto pressupor passagem ou efemeridade como a manutenção e mesmo a perenidade dessa condição, desse estado. Não há tempo que “regule” universalmente a condição de transitividade migratória, pois, como construção subjetiva, tende a variar dependendo de cada sujeito e de como cada um lida com as mudanças, com as permanências, com as distâncias tanto espaciais quanto temporais.
- 27 Assim, tomando-se como pressuposto que a migração é experienciada subjetivamente e que, do ponto de vista social, trata-se de algo complexo e multifacetado, compreende-se que o deslocamento físico é apenas um dos momentos do movimento, constituído por temporalidades materiais e imateriais, cronológicas e subjetivas (cf. GOETTERT, 2009, p.

59), devendo, portanto, ser estudada como fenômeno marcado pelas idiossincrasias. Sublinha-se isso porque outras vertentes dos estudos sobre migrações, emigrações e imigrações deslocam o foco das subjetividades para o “fato social”, analisando-as mais em termos dos elementos “estruturais” do que das “trajetórias pessoais” (cf. MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010).

- 28 Compreendida por esse prisma voltado para as subjetividades em trânsito, a migração pode ser analisada – como se pretende desenvolver em etapas futuras da pesquisa, nas modalidades descritiva e explicativa, para compreensão mais vertical da realidade sob leitura – por meio de interseções teórico-metodológicas que podem resultar profícuas como entre a Geografia, a História Oral e a Análise do Discurso. Desse modo, acredita-se alcançar uma interpretação mais densa e humana sobre as trajetórias dos indivíduos que optaram por colonizar a região do Cone Sul de Rondônia e que, como sujeitos migrantes, ainda em processo ambíguo, contraditório de des/reterritorialização, podem ajudar na compreensão da complexidade etnoterritorial do Brasil, cuja história é constituída profundamente por deslocamentos que, ao que parece, dadas as exigências cada vez mais prementes do capitalismo e de suas transformações, não estão em vias de terminar.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. Em: SERPA, Angelo (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- COELHO, Lilian Reichert; JULIÃO, Larissa. O verde como questão política: a construção do discurso ambiental da Revista Veja sobre a Amazônia. Revista **SIGNUM** –Estudos da Linguagem, vol. 11, n.2. Londrina, PR: UEL, 2008.
- CRUZ, Montezuma. O futuro no Guaporé, depois Cone Sul. Coluna **Rondônia de Ontem**, 26/08/2010. Disponível em: <http://www.rondoniasim.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2011.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EVANGELISTA, Hélio de Araújo. A Amazônia brasileira no contexto da formação territorial brasileira. Em: **Revista da Sociedade Brasileira de Geógrafos**. Vol. 2, n. 2, 2007-2009. Disponível em: http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/revista_sbg/ Acesso em 10/10/2010
- FERREIRA, Dimas. “Gaúcho” de Santa Catarina assume CTG e a anuncia Festa do Costelão. **Jornal Folha do Sul**, edição de 14/04/2010. Disponível em: <http://www.folhadosulonline.com.br/2011/noticia.php?id=2674> Acesso em 03 de dezembro de 2010.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Org., Seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos III).
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: EdUNESP, 2002.

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo : Atlas, 1999.
- GOETTERT, Jones Dari. Gentes, migração e transitividade migratória. **Revista Espaço Plural**, Ano X, n. 20, jan./jul. de 2009, p. 53-62.
- GOMES, Emmanoel. Origens da ocupação europeia na região que corresponde ao estado de Rondônia. **Jornal Folha de Vilhena**, 10 de março de 2011. Disponível em: <http://folhadevilhena.com.br/news2011/?p=436> Acesso em 14 de abril de 2011.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006.
- LIMA, I. Escalas insurgentes na Amazônia brasileira: In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, jul./dez. de 2010, p. 407-424.
- MELO, Silvio (org.). História do estado de Rondônia. Disponível em http://www.jcjinformatica.com.br/admin/down/APOSTILA_DE_HISTORIA_DE_RONDONIA__MODULAR.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2010.
- MORELLI, Irineu. **Revista Atual**, ano IX, nº 51. Vilhena: Gráfica Leonora, 2004.
- OLIVEIRA, Dari. **Vilhena – ontem, hoje e amanhã**. Vilhena: Coord. e Téc. A&J Vilhena, 2002.
- PASQUIS, R. **Diagnóstico dos formatos de ocupação do espaço do espaço amazônico**. Brasília: CIRAD, 2001.
- PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos – Rondônia: Trajetória da Ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.
- PEREIRA, Márcia Regina de Sousa. **Iniciativa MAP – um emergente movimento social transfronteiriço e sua gestão no desenvolvimento sustentável na região da Amazônia Sul Ocidental**. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, orientada pela Profa. Dra. Odete Maria de Oliveira. Florianópolis, 2007. Disponível em <http://www.map-amazonia.net/forum/attachment.php?attachmentid=1708&d=1215999309> Acesso em 12 de novembro de 2010.
- PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. A fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. Em: **Revista da Sociedade Brasileira de Geógrafos**. Vol. 1, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.socbrasileiradageografia.com.br/revista_sbg/Arevista.html Acesso em 10/10/2010.
- SILVA, Josué da Costa et. al. O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha. **Revista Geografar**. Curitiba, vol. 5, n. 1, jan./jul. de 2010, p. 61-82.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de.; GROSSI, Suely Regina Del. A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia. Em: **Revista da Católica**. Uberlândia, MG. Vol. 2, n. 3, 2010.

Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/.../10-Geografia.pdf Acesso em 11/10/2010

TUAN, Yi-Tu. **Topofilia** – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1980.

RESUMOS

A partir da área emergente das Geografias da Comunicação, trata das migrações internas, marcantes na história do Brasil, com evidentes consequências na configuração étnico-cultural das diferentes Amazônia, aqui estudadas na perspectiva da construção das territorialidades e das estratégias de pertencimento na região do Cone Sul de Rondônia, especificamente na cidade de Vilhena, cuja população é predominantemente composta por paranaenses e gaúchos, migrados nas décadas de 1970 e 1980. A questão é desenvolvida por estudo de campo na modalidade exploratória, fruto de observação simples, tomando-se como balizas teóricas contribuições de diversas matrizes compreensivas.

From the emerging area of Geographies of Communication this paper focuses on internal migration, remarkable in the history of Brazil, with obvious consequences in the setting of different ethnic and cultural Amazons. Studied under the perspective of the constructions strategies of territoriality and the belonging feelings in the region of South Cone, in Rondônia, specifically in the city of Vilhena, whose population is predominantly composed of people from Paraná and Rio Grande do Sul, migrated in the 1970's and 1980's. The question is developed from a field study in exploratory modality, taken through simple observation and, theoretically, by several contributions from different comprehensive matrices.

ÍNDICE

Keywords: migration, territoriality, Rondônia

Palavras-chave: migração, territorialidade, Rondônia

AUTOR

LILIAN REICHERT COELHO

UNIR/Vilhena